

DIVULGAÇÃO/MARINHA DO BRASIL



Dois militares e quatro civis condenados por fraudes em licitações

STM mantém condenações por irregularidades na Marinha

O Superior Tribunal Militar (STM) manteve condenações de dois militares da Marinha e quatro civis por irregularidades em licitações e pagamento de vantagens indevidas na Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, no Rio. O caso envolve a compra de gêneros alimentícios. Segundo o Ministério Público Militar (MPM), um primeiro-sargento recebeu indiretamente 15 depósitos, que somaram R\$ 59,9 mil, em conta da esposa. As defesas questionaram a validade das provas obtidas com a quebra de sigilo bancário e fiscal, a relação entre os depósitos e as funções dos acusados e a suficiência das provas para as condenações. O STM rejeitou as alegações sobre cerceamento de defesa, ilicitude da quebra de sigilo e prescrição. As penas aplicadas variam de 1 ano, 6 meses e 20 dias a 6 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão.

Bruna Lombardi recebe comenda do TST

A atriz, escritora e poeta Bruna Lombardi recebeu do Tribunal Superior do Trabalho (TST) a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Comendador, na última segunda-feira (31). Segundo o ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, a homenagem reconhece a trajetória da artista e sua contribuição à cultura e à sociedade. A comenda é concedida a pessoas e instituições que se destacam em suas atividades ou prestam serviços à sociedade e à Justiça do Trabalho. Bruna também defendeu a valorização do trabalho das mulheres.

FELLIPE SAMPAIO



Medalha foi entregue pelo ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho

STF registra alta de 2,2% nas emissões

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa de 2025. A Corte contabilizou 2.771,09 toneladas métricas de gases poluentes, alta de 2,2% ante 2024. As principais fontes foram deslocamentos, viagens institucionais e transporte de bens e materiais. O levantamento integra o Programa STF Carbono Zero e orienta medidas para redução e compensação das emissões. O relatório também contabiliza remoções de carbono ligadas às áreas verdes do Tribunal.

Indústria química indenizará ex-diretor

A Quinta Turma do TST condenou a Sigma-Aldrich Brasil, empresa do setor químico, a pagar R\$ 500 mil a um ex-diretor de TI por descumprir cláusula de não concorrência. O contrato previa que ele ficaria dois anos sem atuar em concorrentes, recebendo indenização mensal equivalente ao último salário. A empresa cancelou a cláusula após a demissão, mas o TST decidiu que o acordo não poderia ser revogado unilateralmente.

POR ANDRE SOUZA E LUIGI FREIRE (Estagiário)

Envio de Contribuições I

O prazo para organizações da sociedade civil, grupos de pesquisa e demais interessados enviarem contribuições ao Observatório do Trabalho Decente do Poder Judiciário (OTD) foi prorrogado até 30 de setembro. A data-limite inicial era 30 de agosto. A iniciativa busca reunir sugestões, dados e subsídios para os trabalhos do órgão.

Envio de Contribuições II

Segundo o CNJ, a participação de diferentes setores busca garantir uma visão plural sobre as transformações no mundo do trabalho e contribuir para a formulação da Política Nacional do Trabalho Decente no Judiciário. O OTD reúne trabalhadores, empregadores, academia, sociedade civil e organismos internacionais em estudos e articulações.

Site Revela Voto I

É falso que um site tenha divulgado os votos reais de eleitores nas Eleições 2022. A página “Veja seu Voto” simulava, a partir do CPF, em quem determinada pessoa teria votado. A ferramenta, porém, não tinha acesso aos dados da Justiça Eleitoral e as informações exibidas não correspondiam aos votos registrados.

Site Revela Voto II

O voto registrado na urna eletrônica é protegido pelo sigilo e não pode ser associado à identidade do eleitor. Segundo a Justiça Eleitoral, nem mesmo seus sistemas permitem saber em qual candidato uma pessoa votou. O log da urna registra o funcionamento do equipamento, mas não contém dados sobre a escolha do eleitor.

TST inicia 2ª semana I

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) iniciou, na última segunda (31), a 2ª Semana Nacional de Precedentes Trabalhistas. A iniciativa busca fortalecer o sistema de precedentes obrigatórios na Justiça do Trabalho, com ações de capacitação, disseminação de boas práticas e aplicação qualificada das decisões judiciais.

TST inicia 2ª semana II

Entre os destaques está o 2º Seminário de Precedentes na Justiça do Trabalho, marcado para quarta e quinta-feira (2 e 3/9), em Brasília. O evento reunirá ministros, magistrados e especialistas para discutir uniformização da jurisprudência e o uso de Inteligência Artificial. Os TRTs também realizarão atividades.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASI



Vista do teleférico no Complexo do Alemão, zona norte do Rio de Janeiro

Audiência vai discutir reocupação de territórios no RJ

Debate vai tratar de plano estadual para áreas sob domínio do crime organizado

Da Redação

O Ministério Público Federal (MPF) convocou uma audiência pública para discutir a política de reocupação de territórios no estado do Rio de Janeiro. O encontro será realizado no dia 10 de setembro, às 15h, na sede da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, no centro da capital. A audiência foi convocada pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) após demanda do Fórum Popular de Segurança Pública. O objetivo é ouvir moradores, representantes do poder público e organizações sobre as ações previstas para áreas sob domínio de organizações criminosas.

A discussão ocorre no contexto do cumprimento de determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF 635 e do acompanhamento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Favela Nova Brasília.

O STF determinou que o governo fluminense elabore um plano de reocupação territorial baseado no urbanismo social, com presença permanente do Estado, instalação de equipamentos públicos, melhoria de serviços básicos e políticas voltadas à juventude. Em resposta, o governo es-

tadual publicou o Decreto nº 50.402/2026, que instituiu a política estadual de reocupação territorial, e apresentou um plano estratégico. O projeto-piloto prevê ações na Zona Oeste da capital, inicialmente em Rio das Pedras, Muzema e Gardênia Azul.

O plano tem três eixos: segurança pública; desenvolvimento social, urbanismo e infraestrutura; e desenvolvimento econômico e governança.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, manifestou-se a favor da homologação do plano pelo STF, mas apresentou ressalvas. Ele apontou a necessidade de medidas para reduzir a letalidade policial e as mortes de agentes de segurança, além de indicadores para acompanhar os resultados e canais de diálogo com o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Foram convidados representantes dos governos federal, estadual e municipal, das polícias Civil e Militar, da Defensoria Pública e de movimentos sociais. A audiência também será transmitida pelo canal do MPF no YouTube.

A participação presencial depende de inscrição prévia pelo e-mail prrj-gab13@mpf.mp.br ou pelo telefone (21) 99430-7318 e está sujeita à capacidade do auditório.